



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de março de 2016, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 18, 19 e 20, relativas aos dias 17 de fevereiro e 2 de março (2);*

3. *Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico - 2015, do Projeto de Resolução n.º 123/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a alteração das normas e condições de acesso à formação específica em Medicina e do Projeto de Resolução n.º 128/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que garantam o acesso a formação especializada a todos os médicos;*

4. *Admissão e distribuição da Petição n.º 57/XIII/1.ª que «solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como Dia Nacional para a sensibilização de perda gestacional», e nomeação de Relator;*

5. *Admissão e distribuição da Petição n.º 62/XIII/1.ª que «solicita a criação de legislação adequada no sentido de permitir aos portadores de fibromialgia e fadiga crónica a isenção de taxas moderadoras e de medicamentos», e nomeação de Relator;*

6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 65/XIII/1ª, do BE, que «Recomenda ao Governo a imediata extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a valorização do Hospital de Faro e do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, com gestão descentralizada, reforçando-os com novos profissionais, melhorando e criando novas valências e serviços», e do Projeto de Resolução n.º 70/XIII/1ª, do PCP, sobre a «Reversão do processo de fusão dos hospitais algarvios num único centro hospitalar»;*

7. *Discussão e votação do requerimento, do PS, que «solicita a audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Dra. Ana Rita Cavaco, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a afirmação de alegada prática de eutanásia no Serviço Nacional de Saúde (SNS)»;*

8. *Outros assuntos.*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

1. Informações

O Presidente informou que foi recebida na Comissão, e distribuída aos Deputados a 2 de março, a resposta do Ministro da Saúde ao pedido de ponto de situação sobre os Acordos de Cooperação celebrados entre as ARS e a União das Misericórdias Portuguesas, no que se refere a vários Hospitais, como por exemplo o de S. João da Madeira, de Santo Tirso e do Fundão. Este pedido de informação foi feito a propósito do processo legislativo dos Projetos de Lei n.ºs 78/XIII, 79/XIII e 85/XIII, do PCP, que baixaram à Comissão na especialidade. A informação é a de que os Acordos de Cooperação com as Misericórdias, relativamente aos Hospitais de S. João da Madeira e Santo Tirso, foram homologados em novembro de 2015, mas anulados pelo XXI Governo. O Hospital do Fundão integra o SNS, está sob gestão pública, não existindo qualquer processo de revisão em curso.

A Deputada Carla Cruz esclareceu que as iniciativas do PCP são mais abrangentes do que a mera reversão, pelo que solicitou ao Presidente que não se encerre ainda esta questão.

O Presidente deu nota do convite da Associação Nacional de Farmácias para a Comissão visitar a ANF, bem como algumas farmácias em Lisboa, o qual será agendado oportunamente, bem como do convite do Presidente da Comissão de Educação e Ciência aos Deputados da Comissão de Saúde para participarem no Café de Ciência, que vai decorrer na Biblioteca no dia 6 de Abril, entre as 18h30 e as 19h30, subordinado ao tema «*O impacto das alterações climáticas na saúde*», solicitando o envio prévio de questões para serem esclarecidas pelos investigadores e depois discutidas no debate. Referiu que o Dr. Luís Andrade propôs à Comissão a realização de «*uma cerimónia que tem como objetivo celebrar o Dia Mundial da Saúde no corrente ano*», em conjunto com o «*movimento de cidadania que trabalha em prol da paz no mundo e bem-estar da humanidade*», a que preside, que é a Comunidade Juvenil de S. Francisco de Assis, à semelhança do que aconteceu nos dois últimos anos. A propósito da comemoração do dia mundial da saúde, o Presidente informou ter recebido um convite do Governo para participar num evento a realizar no dia 7 de abril, na sala do Senado, podendo a Comissão de Saúde associar-se a esta comemoração. Disse ainda que o Comissário Europeu responsável pela área da saúde, Vytenis Andriukaitis, solicitou uma reunião conjunta com as Comissões de Saúde, Assuntos Europeus e Agricultura e Mar, aquando da sua deslocação a Portugal, tendo sido acordado realizar esta audiência no dia 8 de abril de 2016, às 9h. A terminar, informou que irão ter lugar, na semana de 23 a 27 de maio, as Jornadas da Saúde no Parlamento, promovidas pela Divisão de Recursos Humanos e Administração, referindo que a Comissão de Saúde, bem como a de Agricultura e Mar,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

se poderão associar à iniciativa, se assim o entenderem, à semelhança do ocorrido em anos anteriores.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 18, 19 e 20, relativas aos dias 17 de fevereiro e 2 de março (2)

O Presidente colocou à votação as atas n.ºs 18, 19 e 20, relativas aos dias 17 de fevereiro e 2 de março (2), que foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do PEV.

3. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 53/XIII/1ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para a criação de vagas adicionais ao concurso de internato médico - 2015, do Projeto de Resolução n.º 123/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a alteração das normas e condições de acesso à formação específica em Medicina e do Projeto de Resolução n.º 128/XIII/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a implementação de medidas que garantam o acesso a formação especializada a todos os médicos

O Deputado João Torres lembrou que os serviços sugerem que se encontre um texto comum para os três projetos de resolução, tomando por base o do PS, que parece ser o mais abrangente. Julga que se devem fazer diligências nesse sentido, pelo que pediu o adiamento da fixação da redação dos PJR em análise. A Deputada Carla Cruz e o Deputado Moisés Ferreira não se opõem a que se faça um esforço para encontrar um texto comum, mas, se não for possível chegar a um entendimento, a redação final deverá ser fixada individualmente, na próxima reunião.

4. Admissão e distribuição da Petição n.º 57/XIII/1.ª que «solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como Dia Nacional para a sensibilização de perda gestacional», e nomeação de Relator

Foi admitida a Petição n.º 57/XIII/1.ª que «solicita que o dia 15 de outubro seja reconhecido como Dia Nacional para a sensibilização de perda gestacional», tendo sido distribuída ao PS, que posteriormente indicará o nome do Deputado Relator.

5. Admissão e distribuição da Petição n.º 62/XIII/1.ª que «solicita a criação de legislação adequada no sentido de permitir aos portadores de fibromialgia e fadiga crónica a isenção de taxas moderadoras e de medicamentos», e nomeação de Relator

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Foi admitida a Petição n.º 62/XIII/1.ª que «solicita a criação de legislação adequada no sentido de permitir aos portadores de fibromialgia e fadiga crónica a isenção de taxas moderadoras e de medicamentos», tendo sido distribuída ao PSD, que indicou a Deputada Mercês Borges.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 65/XIII/1ª, do BE, que «Recomenda ao Governo a imediata extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a valorização do Hospital de Faro e do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, com gestão descentralizada, reforçando-os com novos profissionais, melhorando e criando novas valências e serviços», e do Projeto de Resolução n.º 70/XIII/1ª, do PCP, sobre a «Reversão do processo de fusão dos hospitais algarvios num único centro hospitalar»

O Presidente disse que a discussão dos dois PJR deve ser conjunta, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar do BE.

O Deputado João Vasconcelos apresentou o Projeto de Resolução n.º 65/XIII/1ª, do BE, que «*Recomenda ao Governo a imediata extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a valorização do Hospital de Faro e do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, com gestão descentralizada, reforçando-os com novos profissionais, melhorando e criando novas valências e serviços*». Lembrou que a criação do Centro Hospitalar do Algarve (CHA) teve na sua génese um estudo da ACSS sobre a reorganização dos cuidados de saúde no Algarve, estudo esse que nunca foi disponibilizado, embora tenha sido solicitado. Foi anunciado que a criação do CHA permitiria obter diversas mais-valias, nomeadamente sobre «*os níveis assistencial, de qualidade clínica, organizacional e gestor com particular enfoque na racionalização e adequação de atos clínicos e referência de doentes*». No entanto, aconteceu o contrário do anunciado, porque se dificultou o acesso das pessoas à saúde, levando mais de 180 médicos, dos 220 do CHA, a divulgarem uma carta manifestando preocupação com a «*degradação dos cuidados de saúde da população algarvia, referindo o adiamento de cirurgias programadas por falta de material cirúrgico, falta de medicamentos e falta de material de uso corrente como seringas, agulhas, luvas*». Referiu que toda esta situação se tem vindo a agravar na região, com os sucessivos cortes orçamentais na área da saúde desde 2011. Referiu ainda que a Administração do CHA foi incapaz de conseguir um processo de integração das três unidades hospitalares de Faro, Portimão e de Lagos, o que afastou ainda mais as populações do acesso à saúde. Deu conta de que para além da falta de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, da falta de medicamentos e de material cirúrgico e do adiamento de cirurgias, também se degradaram as urgências hospitalares e encerraram ou diminuíram serviços e valências, designadamente anestesia, ortopedia, cardiologia, pediatria e



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

obstetrícia, estando em risco a permanência da maternidade de Portimão. Os problemas existentes provam que o CHA foi um modelo falhado, porque põe em causa o acesso à saúde da população algarvia e dos que visitam a região. Em síntese, o BE recomenda a imediata extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a valorização do Hospital de Faro, e do Centro Hospitalar do barlavento Algarvio, dotando-os de melhorias nas valências e serviços, reforçando-os com novos profissionais e melhorando e criando novas valências e serviços.

O Deputado Paulo Sá apresentou o Projeto de Resolução n.º 70/XIII/1ª, do PCP, sobre a *«Reversão do processo de fusão dos hospitais algarvios num único centro hospitalar»*. Começou por lembrar que *«o anterior Governo PSD/CDS impôs por todo o país processos de fusão e concentração de unidades hospitalares que colocam em causa a qualidade dos serviços e a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde e de que a coberto de uma pretensa utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e de uma gestão integrada e racional da rede pública de unidades hospitalares, o real objetivo do anterior Governo era a criação de condições para transferir para os privados cada vez mais serviços de prestação de cuidados de saúde e ainda a redução da despesa com o Serviço Nacional de Saúde imposta no âmbito do Memorando da Troica, assinado em maio de 2011 por PS, PSD e CDS»*. Disse que *«a política de fusão e concentração de unidades hospitalares visava um ataque ao Serviço Nacional de Saúde»*. Recordou que o anterior governo repetiu até à exaustão que da criação do Centro Hospitalar do Algarve não resultaria o encerramento de qualquer serviço ou valência nos hospitais de Faro, Portimão e Lagos, mas a realidade veio desmentir a propaganda do Governo. De acordo com dados referentes a março de 2015, na ARS do Algarve faltavam 304 profissionais de saúde no Centro Hospitalar do Algarve (121 médicos, 22 enfermeiros, 7 técnicos superiores, 15 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 73 assistentes técnicos e 66 assistentes operacionais), o que tem sérias implicações ao nível das consultas externas e das intervenções cirúrgicas. Considera que a situação económica e financeira desfavorável nos hospitais algarvios fica a dever-se principalmente aos sucessivos anos de subfinanciamento crónico das unidades hospitalares e à política de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde levada a cabo por sucessivos governos. A concentração das unidades hospitalares algarvias num único centro hospitalar não serve o interesse dos algarvios e do Algarve, apenas beneficia as entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde da região e isso foi denunciado, em 2014, quando cerca de 200 médicos do CHA dirigiram uma carta ao Presidente do Conselho de Administração, onde manifestaram a sua preocupação relativamente à degradação dos cuidados de saúde prestados à população algarvia, alegando o adiamento de cirurgias programadas, falta de material cirúrgico, atrasos na realização



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

de exames complementares, falta de medicamentos e de material de uso corrente. Deu conta das diligências efetuadas pelo PCP durante a anterior legislatura, nomeadamente a apresentação de dois PJR, os quais foram chumbados pelo PSD e CDS. A Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde de Portimão apresentou a este propósito uma Petição, subscrita por quase 7.000 peticionários.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP propõe que se recomende ao Governo que se reverta o processo de fusão do Hospital de Faro e do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio no Centro Hospitalar do Algarve, mantendo todos os serviços e valências nos hospitais de Faro, Portimão e Lagos; que dote as unidades hospitalares algarvias de recursos humanos, materiais e financeiros adequados à prestação de cuidados de saúde de qualidade e faça o levantamento das necessidades de cuidados de saúde da população do Algarve, com vista à apresentação de um plano integrado da reorganização dos serviços públicos de saúde, ao nível dos cuidados primários de saúde, cuidados hospitalares e cuidados continuados integrados, envolvendo na sua definição os contributos dos utentes, dos profissionais de saúde e das autarquias.

O Deputado Luís Graça cumprimentou os Deputados desejando-lhes desde já uma Boa Páscoa. Começou por recordar que o SNS tem por objetivo claro e primeiro prestar serviços de qualidade aos cidadãos, e esta nem sempre é avaliada, tendo o modelo do CHA sido criado com esse propósito de melhorar a qualidade assistencial dos algarvios, importando fazer a avaliação do CHA para saber se correspondeu a esse objetivo. Parece que é óbvio para todos que piorou a qualidade da medicina praticada e a qualidade assistencial, houve perda de idoneidade formativa em várias valências, o que dificultou a fixação de médicos. Verifica-se a saída de médicos dos hospitais públicos de Faro, de Portimão e de Lagos para unidades privadas de saúde, que já ascendem a seis unidades, designadamente ortopedia, cirurgia, pediatria, obstetrícia, o que agrava a dificuldade de atrair médicos para a região, com outros a quererem a sair do SNS. Recordou que foi pedida a demissão do Presidente do Conselho de Administração do CHA pela conflitualidade laboral com os médicos. Disse que o atual governo apresentou um plano para a saúde para 2016 e na visita que o Ministro fez ao Algarve teve a oportunidade de assinar um conjunto de protocolos com a Universidade do Algarve, aliando a investigação à prática clínica e anunciando a criação do centro de investigação e formação bioquímica com a Universidade do Algarve. Assinou igualmente um conjunto de acordos de emergência, para fazer face à falta de respostas no Algarve, para que os algarvios possam ter melhores cuidados de saúde. Importa fazer uma avaliação do que foram os últimos anos e os impactos e consequências que tiveram nas pessoas, na qualidade da medicina praticada e na qualidade da assistência. Importa ainda monitorizar com rigor a evolução dos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

hospitais do Algarve com a nova administração hospitalar, que já está empossada, e substituir a conflitualidade laboral por cooperação, substituir a imposição por contratualização e substituir individualismo e excesso de ego por parceria e diálogo.

O Deputado Cristóvão Norte salientou que com a intervenção cristalina do Deputado Luís Graça ficarão seguramente o PCP e o BE mais reconfortados, pois o PS sufragou inelutavelmente as opções assumidas nos PJR. Salientou que não se pode descurar o ponto de partida do CHA, que não se resumia apenas a questões que se prendiam com a oferta assistencial, mas também com constrangimentos de natureza económico financeira, que era importante assegurar que fossem travados, o que julga que se conseguiu. Lembra que o anterior governo tomou medidas para responder às dificuldades crónicas que se fazem sentir há décadas, designadamente com a criação de incentivos que levou a um aumento de 15% de médicos a prestar serviço no CHA. Acrescentou que o que se pretende é que se não deteriore as urgências, que melhoraram significativamente nos últimos anos. Considera bizarro que se registe uma redução do orçamento do CHA, mas que na discussão do orçamento do estado isso não tenha sido mencionado, especialmente na redução de verbas com pessoal, querendo dizer que não está contemplada a redução do horário de trabalho para as 35 horas, o que vai exigir horas extraordinárias. Por outro lado o orçamento não contempla a intenção de contratar recursos humanos que são essenciais para melhorar a qualidade dos serviços de saúde na região.

A Deputada Teresa Caeiro começou por fazer uma declaração prévia de que o CDS-PP não considera nem nunca considerou que tudo funcionou bem no CHA, tendo feito inúmeras perguntas à tutela relativas ao não funcionamento do modelo, à falta de material e porque é que não foi devidamente aproveitada a energia e a articulação entre as várias unidades hospitalares. Lembrou que os Deputados não podem esquecer o que esteve na origem da criação do CHA e cometer a inverdade de dizer que foram encerradas valências. Disse em 2012 essas unidades de saúde estavam em situação de falência técnica, com um grande prejuízo nos capitais próprios e nas dívidas a terceiros, que o anterior Governo regularizou. Sobre a falta de pessoal reconhece que faltam médicos, mas não são menos agora do que antes, tendo até aumentado o número global, reconhecendo todavia que ainda são insuficientes. Não entende a queixa do PCP sobre a falta de proximidade, quando ao mesmo tempo defende a criação do Hospital Central do Algarve, esquecendo que houve obras de requalificação no CHA. Sobre a saída de oito médicos ortopedistas do CHA, alegou que em Portugal existe a liberdade de escolha, pelo que os profissionais poderão fazer essa escolha. Terminou, referindo que não há condições para aprovar os PJR em apreciação.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Paulo Sá esclareceu que a avaliação do impacto está feita pelos profissionais, pelos utentes e pelo Governo. O Deputado João Vasconcelos disse considerar que os serviços não se degradaram mais devido à luta dos profissionais e dos utentes que impediram o encerramento de valências e de serviços, bem como devido às diligências feitas pela Presidente da Câmara de Portimão, que interpôs uma providência cautelar, não tendo por isso sido encerradas valências e serviços, como estava previsto.

7. Discussão e votação do requerimento, do PS, que «solicita a audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Dra. Ana Rita Cavaco, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a afirmação de alegada prática de eutanásia no Serviço Nacional de Saúde (SNS)»

A Deputada Luísa Salgueiro referiu que as razões do requerimento são bem claras, pedindo que se proceda de imediato à sua votação.

O Deputado Miguel Santos considerou que não são formas de discutir um requerimento porque o assunto é demasiadamente sério, embora admita fazer uma exceção sobre a sua não discussão. Lembrou que se devia aguardar pelo relatório do IGAS pedido pelo Ministro.

O Presidente colocou à discussão e votação o requerimento, do PS, que «solicita a audição da Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Dra. Ana Rita Cavaco, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a afirmação de alegada prática de eutanásia no Serviço Nacional de Saúde (SNS)», que foi aprovado por maioria com os votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PSD, registando-se a ausência do PEV.

O Deputado Miguel Santos fez uma declaração de voto dizendo o PSD se absteve na votação do requerimento por não se ter feito o contraditório do assunto.

A reunião foi encerrada às 10:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 março 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 21/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Cristóvão Norte
Idália Salvador Serrão
João Torres
João Vasconcelos
Laura Monteiro Magalhães
Paulo Sá
Rui Riso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: